




Resenha do artigo intitulado “O teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente”¹

Review about the article entitled “Telework as a instrument for the labor inclusion of persons with disabilities in the light of the right to decent work”

 ARK: 44123/multi.v5i9.1167

Regina Ceres Silva Matos²

<https://orcid.org/0009-0000-6981-9813>

<http://lattes.cnpq.br/8958165953129612>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: rceresmatos@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente”. Este artigo é de autoria de: Diandra Rodrigues Nascimento; Flávia de Paiva Medeiros. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica “Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas”, no Vol. 10, edição n. 1, jan.-abr., 2022.

Palavras-chave: Direito ao Trabalho. Pessoa com Deficiência. Teletrabalho. Trabalho Decente.

Abstract

This is a review about the article entitled “Telework as a instrument for the labor inclusion of persons with disabilities in the light of the right to decent work”. It was written by: Diandra Rodrigues Nascimento; Flávia de Paiva Medeiros. The article was published at “Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas”, at Vol. 10, edition n. 1, jan.-abr., 2022.

Keywords: Decent Work. Person with Disabilities. Right to Work. Telework.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente”. Este artigo é de autoria de: Diandra Rodrigues Nascimento; Flávia de Paiva Medeiros. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica “Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas”, no Vol. 10, n. 1, jan.-abr., 2022.

No que diz respeito às autoras deste artigo, vamos explorar brevemente a formação e a experiência de cada uma delas. Grande parte do que compõe a bagagem acadêmica ou profissional de uma autora influencia a abordagem

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Michelle Veridiane Segantini da Silva*.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

temática dos assuntos que ela se dedica a escrever. Portanto, agora vamos conhecer um pouco mais sobre cada uma.

A primeira autora é Diandra Rodrigues Nascimento. É Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável. Possui Especialização em Direito e Processo Civil e em Direito e Processo do Trabalho. É membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, e da Comissão de Combate à Violência e Impunidade contra a Mulher. Currículo lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4836379559745607>>.

A segunda é Flávia de Paiva Medeiros. É Doutora em Direito, professorado Centro UNIPE e da Universidade Estadual da Paraíba. Atua como advogada, com ênfase em temas acerca do meio ambiente, do direito do trabalho, da cidadania, entre outros. Currículo lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2046560540604336>>.

O trabalho possui os capítulos denominados: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, normas internacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência, normas internacionais sobre o direito ao trabalho decente, contrato de teletrabalho na legislação brasileira, modalidades de inserção da pessoa com deficiência na legislação alienígena, Portugal, França, Itália, Espanha, o teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente, desafios e perspectivas de avanço na legislação brasileira para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, conclusões, referências.

A finalidade do artigo é explorar a discussão em teletrabalho como uma ferramenta para integrar pessoas com deficiência no ambiente laboral. Além disso, busca-se contribuir para a pesquisa sobre esse tema, destacando a importância dos direitos fundamentais, especialmente o direito social ao trabalho, voltado para indivíduos com deficiência. O artigo também promove uma análise crítica sobre a utilização das tecnologias, representadas pelo teletrabalho, como um meio de inclusão no mercado de trabalho e possível a integração social, em consonância com o princípio do valor social do trabalho, considerando a ótica dos princípios da fraternidade e solidariedade. Para atingir esse objetivo, o estudo adotou uma abordagem dedutiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise da legislação nacional e internacional. O foco foi destacar os principais elementos do contrato de trabalho como uma via para incluir pessoas com deficiência no mercado laboral. Por fim, o artigo faz breves comentários sobre as particularidades brasileiras e sua viabilidade de aplicação visando garantir a dignidade da pessoa humana.

O resumo da obra demonstra que o propósito da pesquisa é introduzir a discussão sobre o teletrabalho como uma ferramenta para promover a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho. Além disso, se busca contribuir para os estudos relacionados ao tema, destacando a importância dos direitos fundamentais, em particular o direito social fundamental ao trabalho, direcionado às pessoas com deficiência. O artigo também realiza uma análise crítica sobre o uso das tecnologias, especificamente o teletrabalho, como um meio de inclusão no mercado de trabalho e potencial inclusão social, à luz do princípio do valor social do trabalho, considerando o enfoque nos princípios da fraternidade e solidariedade.

O tema deste artigo é “O teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente”. Foi discutido o seguinte problema: “O teletrabalho é uma maneira de incluir a pessoa deficiente no ambiente laboral?”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “Os direitos fundamentais,

em especial o direito ao trabalho, é respeitado quando as tecnologias são utilizadas”.

Neste artigo, o objetivo geral foi discutir o uso do teletrabalho como um meio de promover a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho. Já os objetivos específicos foram direcionados para abordar a discussão em torno do teletrabalho como um instrumento para incluir pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.

A temática da pesquisa contou com a justificativa de que a necessidade de concretizar o direito social ao trabalho como um meio de integrar pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um desafio contínuo, marcado pela presença de inúmeras barreiras físicas, burocráticas e culturais que dificultam sua efetivação.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi dedutiva, mediante pesquisas acerca da legislação internacional e nacional, bem como de pesquisa bibliográfica. Foram analisadas as principais particularidades do contrato de trabalho como forma de incluir a pessoa com deficiência no mercado.

O primeiro capítulo especifica que somente recentemente as pessoas com deficiência começaram a ser reconhecidas como indivíduos com direitos. A obra deixa claro que é fundamental considerar a deficiência como o resultado da interação entre a pessoa e o ambiente, e não como uma característica intrínseca. É essencial que a sociedade não busque apenas a integração, mas sim a inclusão.

As autoras evidenciaram que o trabalho digno é uma das maneiras de efetivar o desenvolvimento humano. Para elas, o conceito de trabalho decente surge como um meio de promover a inclusão social, e serve como um modelo para alcançar sustentabilidade em diversos âmbitos, como o social, o cultural, o ecológico, o ambiental, o econômico, o territorial e o político. Através do trabalho, as autoras acreditam que os trabalhadores obtêm a oportunidade de participar na vida em sociedade em condições equitativas. Quando se trata do direito ao trabalho para pessoas com deficiência, vai além de integração social, pois envolve a participação na sociedade, o orgulho pessoal, a valorização de si mesmo e o reconhecimento próprio. Elas definem como uma jornada de autoencontro e, em muitos casos, uma recompensa pela sua própria existência.

O trabalho, de maneira elucidativa, explica que o contrato de teletrabalho pode possibilitar a realização do trabalho a distância, alinhando-se com a concepção contemporânea de trabalho digno, se for implementado como uma ferramenta para promover a inclusão. Ademais, foi possível identificar que no campo do direito do trabalho, o assunto tem sido objeto de debate em âmbito global. Para exemplificar, o artigo demonstra que em Portugal, embora não haja uma legislação específica para teletrabalhadores, as leis trabalhistas gerais se aplicam a eles e a seus empregadores. Já na França, o status de pessoa com deficiência é determinado por uma comissão técnica de orientação e reabilitação profissional. Na Itália, os empregadores são obrigados a contratar um número específico de pessoas pertencentes a essas categorias. Na Espanha, existe o instituto de cotas e preferências de emprego.

Nascimento e Medeiros pontuam com proficiência que atualmente há debates em torno da questão de se o teletrabalho verdadeiramente constitui uma forma de inclusão social ou, ao contrário, se representa um meio de exclusão digital. É fundamental destacar o teletrabalho como uma nova maneira de integrar as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. As autoras certificam que para uma pessoa com deficiência, o trabalho se torna uma oportunidade para se engajar

de forma ativa na sociedade. Como mencionado, não se pode negligenciar o fato de que essa modalidade de trabalho pode facilitar o retorno à atividade laboral daqueles que adquiriram uma deficiência em algum ponto de suas vidas, especialmente aqueles que já estavam inseridos no mercado de trabalho.

As autoras acreditam que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho oferece diversas vantagens, sendo a independência financeira uma delas. O trabalho decente também implica a promoção da igualdade de tratamento no emprego e das oportunidades para essas pessoas. No entanto, observa-se que a falta de qualificação profissional entre as pessoas com deficiência, juntamente com a demanda por trabalhadores qualificados, representa um desafio significativo.

Nas considerações finais, foi possível perceber que o contrato de teletrabalho tem se destacado como ferramenta legal para integrar pessoas com necessidades especiais no mercado. Todavia, é evidente que essa modalidade deve ser ajustada para proporcionar a remuneração e garantir o direito a um trabalho digno. As autoras puderam especificar que a efetivação desse direito contribuirá para que a dignidade humana assuma um papel significativo no contexto sociolaboral, visto que a criação de melhores condições de trabalho traz benefícios para a sociedade como um todo.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

NASCIMENTO, Diandra Rodrigues; MEDEIROS, Flávia de Paiva. O teletrabalho como instrumento de inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz do direito ao trabalho decente. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. Vol. 10, edição n. 1, jan.-abr., 2022. Disponível em: <<https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1164>>. Acesso em: 2 set. 2023.